



AMÉRICA/HAITI – Eleições em 26 de outubro, o Presidente agradece a Igreja pela mediação

Porto Príncipe (Agência Fides) – Depois de um mês de diálogo tenso, o Cardeal Chibly Langlois, chamado a mediar para acabar com a paralisação do país (veja Fides 25/02/2014; 14/03/2014), anunciou que na sexta-feira, 14 de março, o Presidente do Haiti, Michel Martelly, o senador Steven Benoit representando o presidente do Senado (ausente pro causa de uma viagem) e os representantes dos partidos políticos, assinaram um acordo de diálogo inter-haitiano, depois de algumas modificações no texto original (veja Fides 18/02/2014). Segundo a nota enviada à Agência Fides por uma fonte local, assinando o acordo o Presidente Martelly expressou sua satisfação pela ação do Cardeal Langlois: "Congratulo-me com o mediador, que chegou ao sucesso através do diálogo, porque a situação não era fácil. Congratulo-me com o Parlamento pela sua contribuição, não obstante os altos e baixos pela assinatura deste acordo. Agora, as eleições estão próximas, o primeiro turno se realizará em 26 de outubro de 2014". Também o senador Steven Benoit manifestou apreço pelo compromisso dos líderes políticos que aceitaram contribuir para resolver o problema político do país: "o acordo não é perfeito, mas é um passo rumo à transformação. É um ato de responsabilidade política, de demonstração da consciência patriótica e de empenho cívico", mesmo deplorando a ausência de qualquer líder dos partidos de oposição.

O Cardeal Langlois destacou a determinação dos sujeitos envolvidos no diálogo que aceitaram assinar o acordo: "O diálogo nos permitiu crescer como país, saímos mais fortes, não existem perdedores no diálogo, existem somente vencedores". Mesmo não estando ainda disponível o texto do acordo, os pontos importantes são os seguintes: transformação do Colégio do Conselho Eleitoral Permanente (CTCEP) em Conselho eleitoral provisório; possibilidade para cada um de mudar um dos três próprios representantes no Conselho Eleitoral; realização das eleições para os dois terços do Senado, da Câmara dos deputados e das entidades locais; modificação da lei eleitoral; formação de um governo inclusivo. (CE) (Agência Fides, 17/03/2014)